

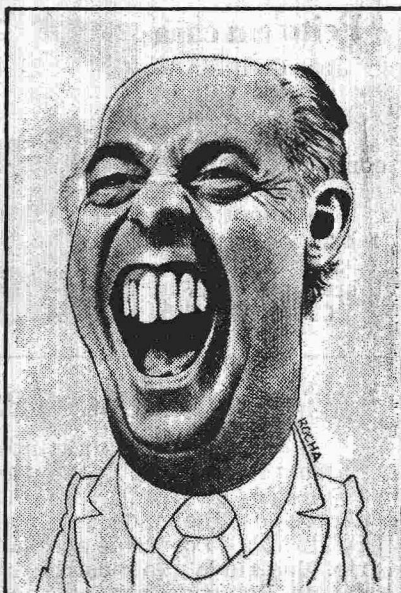
Plano argentino é o modelo

Luiz Carlos Bresser Pereira

O objetivo fundamenal da política econômica em 1989 deve ser o de evitar a hiperinflação e, assim, chegar com tranquilidade às eleições presidenciais do final do ano. Sem pacto social não há saída. Mas esse que aí está tem sido mal orientado. O pacto como tentativa de controle gradual da inflação não funciona. Funcionaria se tivéssemos uma inflação muito mais baixa. Mário Henrique Simonsen obteve sucesso adotando uma estratégia gradualista quando a inflação era de 40%.

Nessa época, as pessoas ainda não estavam muito conscientes da inflação. Muitas concordaram em participar de um acordo porque, se apenas alguns o cumprissem, o prejuízo seria pequeno. Quando, porém, a inflação está em 30% ao mês, todos procuram defender seu preço, empurrando-o antecipadamente para cima.

Nesses casos, uma política monetária violenta também não resolve. Às vésperas de uma hiperinflação, o arrocho monetário simplesmente elevaria as taxas de juros. O governo, que é o grande pagador de juros, incorreria em um déficit público maior ainda. Os agentes econômicos percebem que a dívida está aumentando a uma taxa maior do que aumenta a arrecadação e perdem a confiança no pagamento dos títulos do governo. Ficamos, portanto, mais perto ainda da hiperinflação.



“Temos de fazer um pacto social que estipule uma redução drástica e não gradual da inflação”

Para escaparmos de situações como essa teríamos de fazer um programa semelhante ao Plano Primavera adotado na Argentina — um pacto social que estipulasse não uma redução gradual, mas drástica da inflação. No Plano Primavera o

governo fez um pacto com trabalhadores e empresários. A inflação estava em 25% ao mês e foi fixada em 4%. Na verdade, ficou em 8%, mas foi possível mantê-la nessa faixa por algum tempo. Seria, no nosso caso, uma “meia sola” para resolver o problema. Não iria zerar o déficit público, não iria zerar a inflação e nem permitir a retomada segura do crescimento. Mas iria, pelo menos, evitar a hiperinflação.

Evidentemente, trata-se de uma solução paliativa. Não é, entretanto, uma solução gradualista como a que está sendo tentada. Para acabar com a inflação — ou colocá-la em níveis semelhantes aos da Europa — seria preciso acabar com o déficit público. Para tanto o Brasil precisaria cortar sua dívida externa pela metade. Mesmo assim, isso corresponderia à redução de um quarto do déficit público. Os outros três quartos viriam, necessariamente, do ajustamento interno. Não se trata de trocar dívida externa pelo ajuste interno. Trata-se de fazer as duas coisas — a redução da dívida legitimando o ajuste interno perante o povo brasileiro e este legitimando a redução unilateral da dívida perante os credores externos.